

# Lição 2

“Ora, uma vez que é manifesto de que partes a cidade consta, é necessário falar primeiro da economia. Pois toda cidade se compõe de casas.

Ora, as partes da casa a partir das quais, por sua vez, a casa é instituída; e a casa completa se compõe de escravos e de livres. Ora, visto que se deve buscar primeiro cada coisa nos elementos mínimos, e as primeiras e mínimas partes da casa são o senhor e o escravo, o marido e a esposa, e o pai e os filhos, será preciso considerar, a respeito destas três, o que é cada uma e como deve ser; ora, estas são a despótica e a nupcial (pois a conjunção da mulher e do varão é sem nome), e a terceira a teknofativa, pois também esta não é nomeada com nome próprio. Sejam, pois, estas três que dissemos.

Ora, há uma certa parte que a alguns parece ser a própria economia, e a outros a maior parte dela; e como ela se comporta deve-se considerar. Falo daquilo que se chama crematística.

Ora, falemos primeiro do senhor e do escravo, para que vejamos aquilo que diz respeito à oportunidade necessária, e também para que, se pudermos alcançar algo acerca deles para o saber, o alcancemos de modo melhor do que o que agora se opina.

Pois a alguns parece que a despotia é uma certa ciência, e que são o mesmo a economia, a despotia, a política e a régia, como dissemos ao começar; mas a outros parece que dominar despoticamente é contra a natureza, pois é pela lei que este é escravo e aquele é livre. Segundo a natureza, porém, em nada diferem, e por isso tampouco é justo, pois é violento.

Visto, portanto, que a posse é parte da casa, também a arte de adquirir é parte da economia. Pois sem as coisas necessárias é impossível até mesmo viver. Ora, assim como às artes determinadas será necessário que existam os instrumentos convenientes, se se deve realizar a obra, assim também ao economista.

Ora, dentre os instrumentos, uns são inanimados e outros animados, como para o timoneiro o leme é um instrumento inanimado, mas o proeiro é animado. Pois o servo é, na espécie de instrumento, ao serviço das artes. Assim também a coisa possuída é um instrumento para a vida, e a posse é uma multidão de instrumentos, e o escravo é uma coisa possuída animada; e, como instrumento anterior aos instrumentos, todo servo. Pois, se cada um dos instrumentos

*pudesse, quando ordenado e antecipando, realizar a sua obra, assim como dizem que faziam as coisas de Dédalo ou as trípodes de Vulcano, que o poeta diz que espontaneamente entravam no certame divino, e assim, se os pentes tecessem por si e os plectros tocassem a cítara, em nada haveria necessidade, nem de servos para os arquitetos, nem de escravos para os senhores.*

*Ora, aquelas coisas que se dizem instrumentos são instrumentos de produção, mas a coisa possuída é para a ação; pois do pente resulta algo outro além de seu próprio uso, ao passo que do vestuário e do leito resulta somente o uso.*

*Ademais, visto que a produção e a ação diferem em espécie, e ambas necessitam de instrumentos, é necessário que estes tenham a mesma diferença. Ora, a vida é ação, não produção; e por isso também o escravo é servo daquelas coisas que são para a ação.*

*Ora, a coisa possuída diz-se assim como também a parte; pois a parte não somente é parte de outro, mas é também, absolutamente, de outro. Semelhantemente também a coisa possuída; e por isso o senhor de um escravo é somente senhor dele, mas não é dele; o escravo, porém, não somente é escravo do senhor, mas é também inteiramente dele.*

*Qual seja, portanto, a natureza do escravo e qual a sua virtude, é manifesto a partir destas coisas. Pois quem, por natureza, não é de si mesmo, mas é homem de outro, esse é por natureza escravo; e é homem de outro todo aquele que é coisa possuída ou escravo; e a coisa possuída é um instrumento ativo e separado.*

**Quoniam autem manifestum ex quibus partibus** etc. Posto o proêmio no qual mostra a condição da cidade e de suas partes, aqui passa a transmitir a ciência política.

E, primeiro, segundo o modo previamente designado, determina aquelas coisas que pertencem às primeiras partes da cidade;

em segundo lugar, determina aquelas coisas que pertencem à própria cidade, no segundo livro, que começa ali onde diz **quia considerare volumus de communione** etc.

Quanto ao primeiro ponto, faz duas coisas:

primeiro, diz sobre o que é sua intenção;

em segundo lugar, executa o que se propôs, ali onde diz **hiis quidem enim** etc.

Quanto ao primeiro ponto, faz duas coisas:

primeiro, diz sobre que coisas pretende determinar;

em segundo lugar, em que ordem, ali onde diz ***primum autem de despota*** etc.

Quanto ao primeiro ponto, faz duas coisas:

primeiro, diz que se deve determinar acerca daquelas coisas que pertencem à casa;

em segundo lugar, enumera aquilo que pertence à casa, ali onde diz ***domus autem partes*** etc.

Diz, pois, em primeiro lugar que está manifesto, pelo que foi premissa, de quais partes a cidade se constitui. E, porque é preciso, para conhecer o todo, conhecer antes as partes, como acima se estabeleceu, é necessário que falemos primeiro da economia, que administra ou governa a casa, porque toda cidade se compõe de casas como de partes.

Depois, quando diz ***domus autem partes*** etc., enumera aquilo que pertence à casa.

E, em primeiro lugar, aquilo que pertence a ela como partes;

em segundo lugar, aquilo que pertence como necessário às partes, ali onde diz ***est autem quaedam pars*** etc.

Diz, pois, em primeiro lugar que as partes da casa são aquilo de que a casa se constitui; ora, toda casa, isto é, a família doméstica, se for perfeita, consta de escravos e de livres. E diz "perfeita" porque na casa do pobre há o boi em lugar de servo, como acima se disse. E porque tudo aquilo que pode ser considerado em muitas coisas deve ser buscado primeiro nas menos numerosas e mais simples, para que o ensino seja mais fácil, por isso deve-se dizer que as primeiras e mínimas partes da casa são estas três combinações, a saber, do senhor e do escravo, do marido e da esposa, do pai e do filho: a terceira das quais nasce da segunda, e por isso acima a omitiu; e assim, acerca destas três, deve-se considerar o que cada uma é.

E conseqüentemente estabelece os nomes destas combinações. E diz que a combinação do senhor e do escravo se chama despótica, isto é, dominativa; a combinação do homem e da mulher, porém, não estava nomeada em seu tempo, mas ele mesmo a nomeia nupcial, à qual nós chamamos matrimônio; do mesmo modo, também a terceira combinação, do pai e do filho, não tinha nome próprio, mas ele a chama teknofactiva, isto é, factiva de filhos.

Depois, quando diz ***est autem quaedam pars*** etc., estabelece a quarta coisa, que pertence ao que é necessário à casa. E diz que há uma outra parte da economia que se chama crematística, isto é, pecuniária; a qual a alguns parece ser toda a economia, mas a outros a máxima parte dela, pelo fato de que a administração da casa consiste sobretudo na aquisição e conservação do dinheiro. E também acerca desta parte deve-se considerar como ela se dispõe.

Depois, quando diz ***primum autem de despota*** etc., diz em que ordem se deve tratar destas coisas. E diz que primeiro se deve falar do senhor e do escravo; e esta consideração será útil para duas coisas:

primeiro, para que possamos conhecer aquilo que é oportuno em tais assuntos, a saber, para exercer o domínio sobre os escravos;

em segundo lugar, é útil para a ciência, de modo que por meio disto possamos alcançar algo melhor do que aquilo que os antigos opinaram acerca do domínio e da servidão.

Depois, quando diz **hiis quidem enim videtur** etc., determina aquilo que propôs. E divide-se em duas partes:

na primeira, determina acerca da combinação do senhor e do escravo;

na segunda, acerca das outras duas combinações, ali onde diz **quoniam autem tres partes yconomicae** etc.

A primeira divide-se em duas:

na primeira, determina acerca da combinação do senhor e do escravo;

e porque o escravo é uma certa posse, por isso na segunda parte determina acerca da outra parte da economia, que é pecuniativa ou possessiva, ali onde diz **totaliter autem de omni possessione** etc.

Acerca do primeiro, faz duas coisas:

primeiro, narra as opiniões de alguns acerca do domínio e da servidão;

em segundo lugar, determina a verdade acerca delas, ali onde diz **quoniam igitur possessio** etc.

Acerca do primeiro, estabelece duas opiniões,

das quais uma é que a despocia, isto é, a dominativa, é uma certa ciência pela qual alguém sabe dominar os escravos; e que é a mesma que a economia pela qual alguém sabe governar a casa, e que a política e a régia pela qual alguém sabe governar a cidade, como se disse no prólogo.

A outra opinião é que ter um escravo é contra a natureza, e que só por lei está ordenado que uns sejam escravos e outros livres, e que não há diferença alguma entre eles segundo a natureza; donde ainda concluem que é injusto que alguns sejam escravos: pois é de uma certa violência que provém que uns tenham sujeitado a si outros como escravos.

Depois, quando diz **quoniam igitur possessio** etc., determina a verdade acerca do domínio e da servidão.

E primeiro determina a noção da servidão;

em segundo lugar, investiga acerca das opiniões premissas, ali onde diz **utrum autem est aliquis natura talis** etc.

Acerca do primeiro, faz duas coisas:

primeiro, promete algumas coisas necessárias para conhecer a noção da servidão;

em segundo lugar, conclui do que foi premissa a definição do escravo, ali onde diz ***quae quidem igitur natura servi*** etc.

Acerca do primeiro, estabelece quatro coisas,

das quais a primeira é que a posse é uma parte da casa e que a arte possessiva é uma parte da economia; e isto porque é impossível viver na casa sem as coisas necessárias à vida, que se têm por meio das posses. E isto ele prova por uma semelhança nas artes. Pois vemos que a cada arte é necessário ter os instrumentos convenientes, se deve realizar a sua obra, assim como ao ferreiro é necessário ter o martelo, se deve fazer a faca; e deste modo, ao governante da casa é necessário ter as coisas possuídas para a sua própria obra, como certos instrumentos.

Em segundo lugar, ali onde diz ***organorum autem quidem*** etc., estabelece uma divisão dos instrumentos, dizendo que dos instrumentos alguns são animados, outros inanimados; assim como do piloto o instrumento inanimado é o leme, mas o seu instrumento animado é o proeiro, isto é, aquele que guarda a parte anterior da nau, que se chama proa, e obedece ao piloto. Pois o servidor, nas artes, tem a noção de instrumento, porque, assim como o instrumento é movido pelo artífice, assim também o servidor é movido pelo comando daquele que ordena. E assim como há nas obras da arte um duplo instrumento, assim também na casa há o instrumento inanimado, a própria coisa possuída, por exemplo o leito ou a veste, que é um certo instrumento a serviço da vida humana: e a multidão de tais instrumentos é toda a posse da casa; ora, como o escravo é uma certa coisa possuída animada, segue-se que é um instrumento animado a serviço da vida doméstica. Ora, tal instrumento animado, que é o servidor nas artes e o escravo na casa, é um instrumento sobre os outros instrumentos, porque ele mesmo usa os outros instrumentos e os move; e para isto precisamos de servidores e de escravos. Pois os artífices principais, que se chamam arquitetos, não precisariam de servidores, nem os senhores das casas precisariam de escravos, se cada instrumento inanimado pudesse, ao comando do senhor, reconhecendo-o, realizar a sua própria obra: por exemplo, que os pentes por si penteassem e os plectros por si tocassem a cítara, como se diz da estátua que Dédalo fez, que pelo engenho do mercúrio movia a si mesma. E de modo semelhante, um certo poeta diz que num templo de Vulcano, que era chamado o deus do fogo, certos tripés estavam de tal modo preparados por artifício humano ou por arte nigromântica, que por si mesmos, como que espontâneos, pareciam entrar no combate divino, como que disputando para servir no ministério do templo.

Em terceiro lugar, ali onde diz ***quae quidem dicuntur organa*** etc., estabelece uma segunda divisão dos instrumentos: pois os instrumentos das artes se dizem instrumentos factivos, mas a coisa possuída, que é instrumento da casa, é instrumento ativo. E esta divisão ele prova por dupla razão.

Primeiro, porque se dizem factivos os instrumentos dos quais se faz algo além do próprio uso do instrumento: e isto vemos nos próprios instrumentos da arte, assim como do pente que os tecelões usam se faz algo diverso além do seu uso, a saber, o pano; mas das coisas possuídas, que são instrumentos da casa, não se faz algo diverso além do seu próprio uso, assim como da veste e do leito não se faz senão o uso deles: logo, estas coisas não são factivas como os instrumentos das artes.

A segunda razão estabelece ali onde diz ***adhuc quoniam differunt*** etc., a qual é tal. De coisas diversas são diversos os instrumentos; mas a ação e a fabricação diferem em espécie, pois a fabricação é uma operação pela qual algo se faz numa matéria exterior, como cortar e queimar, ao passo que a ação é uma operação que permanece no operante e pertence à vida dele mesmo, como se diz no livro IX da Metafísica: ora, ambas estas operações precisam de instrumentos, logo os seus instrumentos diferem em espécie. Mas a vida, isto é, a convivência doméstica, não é fabricação, mas ação; logo, o escravo é servidor e instrumento daquilo que pertence à ação, mas não daquilo que pertence à fabricação.

Em quarto lugar, ali onde diz ***res possessa autem*** etc., mostra de que modo o escravo se relaciona com o senhor. E diz que é a mesma a relação da coisa possuída para com o possuidor e da parte para com o todo, quanto a isto: que a parte não se diz somente parte do todo, mas também se diz absolutamente ser do todo, assim como dizemos a mão do homem e não dizemos somente que é parte do homem; e de modo semelhante a coisa possuída, por exemplo a veste, não somente se diz que é posse do homem, mas que é absolutamente deste homem. Donde, como o escravo é uma certa posse, o escravo não é somente escravo do senhor, mas é absolutamente dele; ao passo que aquele que é senhor não é absolutamente do escravo, mas é somente senhor dele.

Depois, quando diz ***quae quidem igitur natura*** etc., conclui do que foi premissa a definição do escravo. E diz que está manifesto, pelo que foi dito, qual é a natureza, isto é, do escravo, e qual é a sua virtude, que é o seu ofício; pois a virtude se refere à ação, e o ofício é o ato conveniente de alguém. Pois, como o escravo é isto mesmo que é de outro, como se disse, qualquer homem que não é naturalmente de si mesmo, mas de outro, ele é naturalmente escravo; ora, aquele homem não é naturalmente de si mesmo, mas de outro, que não pode ser regido senão por outro: e isto se converte, a saber, que qualquer que é coisa possuída ou escravo de outro é homem de outro. Ora, é da noção de coisa possuída ser instrumento ativo e separado. Donde se pode concluir tal definição do escravo: o escravo é um instrumento animado, ativo, separado, sendo homem de outro. Nesta definição, o instrumento é posto como gênero; e acrescentam-se cinco diferenças. Pois, por dizer-se *animado*, distingue-se dos instrumentos inanimados; por dizer-se *ativo*, distingue-se do servidor do artífice, que é instrumento animado factivo; por dizer-se *de outro existindo*, distingue-se do livre, que às vezes serve na casa não como coisa possuída, mas de livre vontade ou contratado por salário; por dizer-se *separado*, distingue-se da parte que é de outro não separada, como a mão; por dizer-se *sendo homem*, distingue-se dos animais brutos, que são coisas possuídas separadas.